CHARTER SCHOOLS E *VOUCHERS* EDUCACIONAIS NOS JORNAIS: O SUBTERFÚGIO DO DISCURSO DA QUALIDADE REPERCUTIDO NA MÍDIA BRASILEIRA

Henrique Dias Gomes de Nazareth[1]
Aline Vitória Ramos da Silva Santos[2]
Fabricia Osanai Pires[3]

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar textos jornalísticos que abordam propostas de privatização identificadas com as escolas *charter* e os *vouchers* educacionais, a fim de contribuir para a superação da concepção estreita de qualidade encontrada nos jornais. Foram examinados os jornais brasileiros com maior incidência de publicações sobre os temas no período de 2009 até 2021, a saber: "Gazeta do Povo", "O Globo" e "Estadão". Perseguindo o objetivo, realizou-se uma pesquisa qualitativa que coletou textos jornalísticos e utilizou técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2010). Notou-se que grande parte dos textos são favoráveis à implementação dos modelos de privatização no Brasil. A defesa desses modelos tem se amparado na ideia de que a qualidade da educação privada é superior, atribuindo isso a uma suposta eficiência da gestão privada atrelada ao desempenho escolar dos estudantes, à competição entre escolas e à respon-

[1]UNIRIO
[2]UNIRIO
[3]UNIRIO

sabilização docente. Ressalta-se que essa premissa não se confirma quando são analisados os resultados obtidos por *charter* e *vouchers* nos EUA. Por fim, conclui-se que, os textos jornalísticos ignoram um debate mais profundo acerca dos fatores que interferem na qualidade da educação, promovem uma visão acrítica e ignoram a ineficácia dos instrumentos de gestão empresarial para lidar com os problemas das escolas públicas.

Palavras-chaves

Qualidade da Educação; privatização da educação; escolas *charter*; *voucher* educacionais; jornalismo e educação; relação entre o público e o privado.

ABSTRACT

This article aims to analyze journalistic texts that address proposals for privatization identified with charter schools and educational vouchers, in order to contribute to overcoming the narrow conception of quality found in newspapers. Brazilian newspapers with the highest incidence of publications on the topics from 2009 to 2021 were examined, namely: "Gazeta do Povo", "O Globo", and "Estadão". Pursuing the objective, a qualitative research was conducted that collected journalistic texts and used content analysis techniques (BARDIN, 2010). It was noted that a large part of the texts are favorable to the implementation of privatization models in Brazil. The defense of these models has been based on the idea that the quality of private education is superior, attributing this to a supposed efficiency of private management linked to student performance, competition between schools, and teacher accountability. It should be noted that this premise is not confirmed when analyzing the results obtained by charter and vouchers in the USA. Finally, it is concluded that journalistic texts ignore a deeper debate about the factors that interfere with the quality of education, promote an uncritical view, and ignore the inefficacy of business management instruments to deal with the problems of public schools.

Keywords

Quality of Education; privatization of education; charter schools; educational vouchers; journalism and education; relationship between public and private.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende contribuir e fomentar o debate acerca da qualidade da educação, trazendo uma leitura crítica do que tem sido apresentado em jornais brasileiros. Mais precisamente, a pesquisa busca compreender como propostas de privatização da educação pública, como os *vouchers* educacionais e as escolas *charter,* são apresentadas nos jornais como alternativas para uma suposta melhoria da qualidade da educação.

Neste texto, o fenômeno reportado como "privatização da educação" é entendido para além da questão da propriedade. Ou seja, a privatização não ocorre apenas quando há venda de patrimônio público. De acordo com Peroni (2021), a relação entre o público e o privado deve ser compreendida no âmbito de projetos societários em disputa. Nesse contexto:

> O Estado, em muitos casos, continua sendo o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, mas o "conteúdo" pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública (PERONI, 2021, p. 20).

Este artigo tem como objetivo contribuir para superar a concepção estreita de qualidade vinculada à lógica neoliberal, que se baseia em uma visão binária e inadequada que reduz uma questão complexa a uma pergunta simplista: qual escola é melhor, a pública ou a privada? No desenvolvimento do texto será proposta uma nova pergunta, considerada mais apropriada para orientar esse debate.

Salienta-se que o fato de algumas escolas privadas conseguirem apresentar índices de proficiência superiores à média das escolas públicas não significa que o setor privado é capaz de oferecer soluções para as tensões e para os desafios enfrentados na provisão do serviço público de educação.

Nos textos jornalísticos analisados, a principal métrica utilizada para qualificação das escolas é o índice de desempenho em exames de larga escala. Sintomas da cultura da mensuração que afasta o debate educacional de uma discussão fundamental, a questão da finalidade da educação (BIESTA, 2012).

Como será discutido no desenvolvimento do artigo, o debate sobre a qualidade das escolas públicas deve guiar-se por outras concepções de qualidade, mais identificadas com o direito à educação de forma ampla. Qualidade que não é definida apenas por indicadores exógenos, mas também, por processos construídos nas relações estabelecidas por educadores, comunidade escolar e sociedade. Nesse sentido, a qualidade deve ser negociada, resultada de um "processo de avaliação institucional construído coletivamente" (FREITAS, 2005, p. 1).

Dessa forma, torna-se relevante analisar os discursos presentes nos veículos de comunicação a fim de problematizar o que dizem a respeito da qualidade da educação e compreender os motivos pelos quais as redes privadas de ensino são vistas e defendidas como superiores às públicas. Além de indicar como esse pensamento se coaduna com as propostas neoliberais e com a Reforma Gerencial do Estado brasileiro, que perpetuam a lógica de privatização e, consequentemente, sustentam os discursos apoiadores dos modelos educacionais supracitados.

O neoliberalismo surge como uma reação à crise fiscal dos anos 1970, visando a redução da intervenção estatal e dos gastos públicos. Apesar de não ser exatamente o mesmo fenômeno, os preceitos neoliberais vão confluir com alguns aspectos das ideias gerencialistas, como o aumento da eficiência por meio da organização do Estado, amparada em conceitos da gestão de empresas do setor privado. De acordo com Harvey (2008), a doutrina neoliberal se constitui como:

> (...) uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2008, p. 12).

Nessa orientação, o papel do Estado liberal se modifica: "enquanto o liberalismo clássico representa uma concepção negativa do poder do Estado, no sentido de que o indivíduo era tido como um objeto a ser libertado das suas intervenções" (APPLE, 2005, p. 37), o neoliberalismo norteia o Estado a criar

os mercados apropriados, inclusive, em áreas sociais, e a fornecer condições que garantam o seu funcionamento.

> O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da política e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado (HARVEY, 2008, p. 12)

As propostas de privatização da educação, especialmente do tipo *charter*, estão alinhadas com essa perspectiva de criação de novos mercados nas áreas sociais como estratégia de melhoria da qualidade da provisão dos serviços públicos. No Brasil, parte significativa do arcabouço legal e institucional que permite a adoção de programas inspirados nas *charter*[4] e nos *vouchers* internacionais, foi criada nos anos 1990 no bojo da Reforma do Aparelho do Estado (RAE) (BRESSER-PEREIRA, 1998). Um exemplo é a criação das Organizações Sociais (OSs), instituídas pela Medida Provisória n.º 1.591 de 1997, e depois regulamentadas pela Lei n.º 9.637 de 1998.

A RAE foi uma reforma gerencial que, segundo Bresser-Pereira (1998), surgiu no contexto do crescimento de políticas neoliberais na metade do Séc. XX, e se propõe a superar as contradições do Estado Burocrático a partir da redução da intervenção estatal e dos gastos públicos deixados pela crise fiscal da década de 1970. Nesse sentido, por meio de concepções identificadas com a gestão privada e empresarial, começa-se a abarcar elementos relativos à uma suposta eficiência do Estado frente ao uso de recursos e serviços públicos. É nesse contexto que

[4]Na legislação brasileira não existem escolas *charter*. Existe um arcabouço legal que permite a implementação de modelos parecidos como os convênios, contratos de gestão, termo de colaboração, etc. Nos últimos anos, alguns programas têm sido implementados sob o argumento de serem inspirados nas escolas *charter* estadunidenses.

as propostas de privatização encontradas no *corpus* de análise da pesquisa são entendidas.

A fim de compreender a abordagem dos temas e perseguindo os objetivos já proclamados, foi realizada uma pesquisa qualitativa que coletou textos jornalísticos e utilizou técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2010) com o suporte do software Atlas.Ti.

A princípio foi empreendida uma busca na plataforma "*google* notícias" por meio das palavras-chave: "*vouchers* educacionais" e "escolas *charter*". Após, percebendo que frequentemente propostas similares eram apresentadas com outros nomes, foi necessário ampliar a busca com outras palavras semelhantes, como: "cheques educacionais"; "cheque escolar"; "vales educacionais"; "escolas autônomas"; "escolas comunitárias"; "contratos de gestão"; "gestão compartilhada", etc.

Após a coleta, foi realizada uma leitura flutuante, momento em que foram escolhidos os textos compatíveis com o recorte de pesquisa e descartados aqueles que, apesar de citarem as palavras-chave, não estavam diretamente relacionados ao objeto de pesquisa. Ao consolidar a totalidade dos textos coletados, ficou explícita a necessidade de um novo recorte que nos permitisse analisar de forma mais precisa e aprofundada os dados encontrados.

Assim, foram selecionados os jornais com maior ocorrência de publicações sobre o assunto, a saber: Gazeta do Povo, com 43 textos; O Globo, com 26 textos; e Estadão, com 20 textos. O período analisado corresponde aos anos de 2009 até 2021, período de maior incidência de textos jornalísticos que abordam o assunto.

Após a leitura flutuante, foi realizada a unitarização e a categorização do conteúdo, etapa que possibilitou identificar como as políticas de *vouchers* educacionais e escolas *charter* estão sendo apresentadas à sociedade, seus pressupostos, resultados e finalidades em relação à melhoria da qualidade da educação. A intenção foi compreender como o debate sobre o tema é apresentado. Quem fala, o que fala e com qual intencionalidade? Quais ideais são defendidos? Os resultados apresentados como positivos ou negativos a partir da implantação das propostas interferem de fato na qualidade da educação? Por fim, foi analisada a coerência dos discursos presentes nos veículos de comunicação em relação à realidade do nosso sistema educacional.

Não sendo possível abordar todas as categorias nos limites deste artigo, optou-se por apresentar as análises e resultados a partir de uma das categorias encontradas que foi denominada como "pressuposto da qualidade da educação". A categoria reúne os argumentos que defendem os modelos privatizantes como

medidas eficazes para a melhoria da educação. Tal recorte é justificado pela relação que tal pressuposto apresentou com as demais categorias, aparecendo como um argumento recorrente e fio condutor dos discursos pró *charter* e *vouchers*.

A pesquisa bibliográfica, buscou trazer outras perspectivas acerca da qualidade da educação que não se limitassem aos aspectos de caráter marcadamente mercadológico que aparecem como justificativa para tais políticas nos jornais analisados. Percebeu-se que nos jornais predomina o entendimento de educação de qualidade como aquela que é atrelada ao desempenho que pode ser mensurado, favorecendo uma lógica neotecnicista (FREITAS, 2012) baseada na performatividade (BALL, 2005) e que prega a favor da competitividade entre escolas públicas como estratégia para melhoria do sistema educacional.

A partir da problematização da concepção de qualidade da educação expressa nos textos analisados, o presente artigo traz reflexões e diálogos com autores que nos ajudam a compreender esse debate apresentado na mídia.

Qualidade da Educação: um termo polissêmico

De acordo com Moreira e Kramer (2007) o conceito da qualidade da educação é um termo ambíguo e polissêmico, que traz consigo várias interpretações e significações a respeito do que se espera do sistema educacional. Assim, quando nos referimos a qualidade do ensino é necessário olharmos para todos os enfoques que circundam o contexto escolar. Fernandes e Nazareth (2011) explicam que "a qualidade da educação é um fenômeno complexo que possui determinações intraescolares (currículo, formação docente, gestão escolar, etc.) e extraescolares (condições de vida da população, capital econômico e cultural das famílias dos alunos, entre outros)" (FERNANDES; NAZARETH, 2011, p. 65).

Diante disso, quando se trata da qualidade da educação, temos que considerar as dimensões macroestruturais, que permeiam o campo das políticas públicas educacionais; microestruturais, concernente a unidade de ensino; os debates levantados pelos profissionais da área da educação; e os serviços prestados à população.

Nota-se que os veículos de comunicação, especialmente os jornais, ao abordar a educação sobrepõe os aspectos intraescolares em detrimento dos aspectos extraescolares. O que contribui para a premissa de que a má qualidade está atrelada meramente às questões pedagógicas e à unidade escolar. Dois exem-

plos disso são: o excesso do discurso vinculado ao desempenho dos estudantes em exames de larga escala e a ênfase na responsabilização do professor e diretor no sucesso/fracasso escolar do aluno, sem considerar outras dimensões do processo de ensino-aprendizagem ou mesmo questões socioeconômicas.

Os discursos reproduzidos massivamente nos jornais partilham a ideia de um grave problema na educação que é diagnosticado pela baixa proficiência dos estudantes nos exames padronizados. Assim, a escola será de boa qualidade se produzir resultados equivalentes às metas estipuladas pelos sistemas de avaliações externas. A cobrança nos resultados e a ênfase na performance da escola ofuscam outras questões pertinentes como o papel da escola na construção de um projeto coletivo de bem-estar social, a relação entre escola e comunidade, a saúde dos estudantes e profissionais da educação, os aspectos de infraestrutura das unidades e as condições do trabalho docente. Ademais, outras discussões pedagógicas relevantes não são postas na mesma magnitude, como a distorção de idade-série, a evasão escolar, a formação docente, entre muitas outras.

Logo, as questões enunciadas nos jornais relativas aos temas da educação acabam se resumindo aos resultados e metas, em que se perdem expressivos apontamentos que contribuem para o desenvolvimento e permanência do estudante na escola, enquanto os debates referentes a melhoria da oferta educacional pouco são colocados em voga:

> [...] o excesso de importância que se atribui ao problema da má qualidade via resultados de exames, não permite brechas para discussões sobre o que se entende por escola de qualidade ou boa escola. A partir desse tratamento superficial, concepções veladas e não declaradas invadem as páginas dos jornais por meio de declarações e comentários que compõem a repercussão dos resultados, rankings e notícias sobre as grandes avaliações dos sistemas de ensino (FERNANDES; NAZARETH, 2011, p. 64).

Diante disso, ao se tratar da qualidade da educação é necessário compreender os desdobramentos das políticas educacionais, o contexto histórico e as disputas políticas que permeiam a discussão. Conforme afirmam Moreira e Kramer (2007):

> O conceito de qualidade é historicamente produzido, não cabendo, portanto, pensá-lo em termos absolutos. Pressupõe uma análise processual, uma dinâmica, assim como a recuperação do específico e o respeito às condições conjunturais. Trata-se, em síntese, de concepção formulada com base em um arbitrário sociocultural e norteada por demandas distintas e mutáveis (MOREIRA; KRAMER, 2007, p. 104)

Os estudos de Enguita (1994) revelam que, inicialmente, a concepção de qualidade da educação centrava-se nas verbas de recursos humanos e materiais das unidades escolares, em que tinha como enfoque nos seus debates o Produto Interno Bruto (PIB), financiamento do sistema educacional, condições de trabalho dos professores, remuneração dos profissionais e gasto por aluno, com objetivo de investigar na educação pública, em sintonia com o Estado de Bem-Estar Social. Contudo, a partir da intensificação de propostas neoliberais que foram matizadas com reformas gerenciais, a qualidade passou a ser entendida como um fator resultante da eficácia e eficiência no processo educativo, incorporando a lógica de gestão de empresas privadas na gestão de serviços públicos (NAZARETH, 2019). A partir desse momento, o uso dos recursos públicos, especialmente na área da educação, é compreendido como a maximização dos resultados com o mínimo de gastos (ENGUITA, 1994). Nesse sentido, os discursos privatizantes começam a ganhar força novamente:

> Na mudança do discurso da qualidade da educação se expressa a transmutação do momento em que se pautava o Estado de Bem-Estar Social para a lógica empresarial privada, pois nessa perspectiva a relação dos recursos com resultados esperados e atingidos é que determina o grau de qualidade do sistema (FERNANDES; NAZARETH, 2011, p. 65).

É nesse contexto que o setor privado adere a retórica da qualidade e pressiona o Estado a adotar "um novo modelo moral no setor público, ambiente em que valores como competitividade, empreendedorismo e flexibilidade se impõem no lugar de estabilidade, cooperação e justiça social" (BALL, 2006). A educação de qualidade passa a ser compreendida através desses valores. Paralelamente, é tam-

bém nesse momento que as avaliações externas começam a ganhar proeminência nos debates públicos.

Tal concepção tornou-se hegemônica nas mídias de massa e tem se perpetuado no senso comum a ideia de que a escola privada é melhor do que a escola pública.

Escolas *charter* e *voucher* educacionais: propostas para a privatização da educação

Os *vouchers* educacionais e as escolas *charter* são propostas educacionais implementadas em diversos países, especialmente nos Estados Unidos da América, e vêm ganhando repercussão no Brasil. O que se reflete também na cobertura jornalística sobre os temas.

Conceitualmente, o *voucher* educacional é uma proposta na qual recursos públicos são repassados pelo Estado aos pais, em um valor equivalente ao custo do aluno na rede de ensino, a fim de que eles possam optar por matricular seus filhos em uma escola privada de sua preferência. Tal proposta se ampara em premissas provenientes do imaginário neoliberal[5] como a liberdade de escolha (*school-choice*) das famílias e na ideia de que as escolas privadas sempre oferecem ensino de qualidade superior.

O *voucher* (também conhecido como cheque-escola ou cheque-ensino) é uma modalidade de bolsa de estudos custeada integralmente, ou em parte, pelo Estado para que as famílias 'escolham' entre escolas privadas. O caso reportado na literatura como mais emblemático é o modelo chileno, ainda que nele coexistam escolas oficiais (públicas) e privadas, estas são em grande parte subvencionadas pelo Estado por meio do pagamento de bolsas/*vouchers* (ADRIÃO, 2018, p. 16). É um tipo de oferta educacional que se origina nos ideais do economista americano Milton Friedman.

[5]Nos referimos ao imaginário neoliberal (BALL, 2014) baseado na defesa do individualismo sobre objetivos coletivos como o bem comum e a proteção social. É uma construção ideológica que enfatiza a liberdade individual, a desregulamentação do mercado e a redução do papel do Estado na economia como forma de promover a eficiência e a prosperidade econômica. Esse imaginário se baseia em uma série de crenças, tais como a ideia de que o livre mercado é o melhor meio para alocar recursos e gerar riqueza, que a concorrência é o principal motor da inovação e do crescimento econômico, e que a intervenção estatal na economia é ineficiente e prejudicial para a liberdade individual.

> O governo poderia exigir um nível mínimo de instrução financiada dando aos pais uma determinada soma máxima anual por filho, a ser utilizada em serviços educacionais "aprovados". Os pais poderiam usar essa soma e qualquer outra adicional acrescentada por eles próprios na compra de serviços educacionais numa instituição "aprovada" de sua própria escolha. Os serviços educacionais poderiam ser fornecidos por empresas privadas operando com fins lucrativos ou por instituições sem fins lucrativos. O papel do governo estaria limitado a garantir que as escolas mantivessem padrões mínimos tais como a inclusão de um conteúdo mínimo comum em seus programas, da mesma forma que inspeciona presentemente os restaurantes para garantir a obediência a padrões sanitários mínimos (FRIEDMAN, 1984, p. 46).

Em sua obra Capitalismo e Liberdade, Friedman (1984) explicita como a política de *vouchers* está alinhada com os ideais de livre mercado, indução da competição e liberdade de escolha para suprir a demanda por educação e promover a melhoria da qualidade das escolas. Segundo ele, o surgimento de competição entre as escolas garantiria o desenvolvimento e o progresso de todas, públicas e privadas.

Por essa lógica, a injeção de competição levaria à melhora das escolas, contribuiria para introduzir flexibilidade nos sistemas escolares, e, ainda ofereceria o benefício adicional de tornar os salários dos professores sensíveis à demanda de mercado. Com isso, as autoridades públicas teriam um padrão independente pelo qual julgar escalas de salário e promover um ajustamento rápido à mudança de condições de oferta e da procura (FRIEDMAN, 1984, p. 48).

As escolas *charter* são escolas públicas geridas, total ou parcialmente, por entes privados que podem receber verbas adicionais de instituições privadas com ou sem fins lucrativos. Criada no final dos anos 1980 pelo professor de administração educacional, Ray Budde (1988), a proposta chegou a ser apoiada por Albert Shanker, presidente de um dos maiores sindicatos de professores dos EUA (a Federação Americana de Professores). O sindicato, de forma ingênua, enxergava ali uma possibilidade para educadores aplicarem inovações pedagógicas sem os "inconvenientes" da regulação distrital. Ou seja, um formato de escola que pudesse permitir o exercício da autonomia dos educadores para formular currícu-

los, reinventar o processo de avaliação, repensar as práticas educativas, organizar espaços e tempos, etc.

Ao contrário do que esperava o sindicato, ao longo das últimas três décadas, as *charter* alimentaram um grande mercado educacional com redes de escolas, com e sem fins lucrativos, que drenam recursos que deveriam estar indo para as escolas públicas, causando a precarização, o aumento da desigualdade e o fechamento de muitas dessas escolas.

Aquela ideia de escola autônoma, pensada inicialmente, se mostrou irreal a partir do fortalecimento de políticas de responsabilização vinculadas aos resultados de avaliações externas. As escolas têm "autonomia" apenas para buscar formas de melhorar o desempenho e atingir metas. Ou seja, uma autonomia relativa, o controle se torna menos processual (burocrático), e passa a ser exercido por meio da pressão por resultados.

Esses modelos de *charter* estadunidenses têm conquistado exponencial visibilidade e apoio internacional. Entretanto, de modo geral, as *charter* não conseguem demonstrar resultados melhores do que as escolas públicas tradicionais. Carnoy e Simielli (2022) apresentaram uma síntese de resultados evidenciados em revistas científicas internacionais, os pesquisadores apontam que o impacto das *charter* sobre o desempenho dos estudantes tem sido nulo ou muito baixo.

Desta forma, as *charter* têm sido incapazes de demonstrar efetividade e mesmo assim seguem sendo apresentadas como soluções para os problemas educacionais nos jornais axaminados. Por isso, é necessário analisar suas raízes ideológicas, bem como suas características principais e pressupostos para enfim compreendermos quais fatores influenciam tamanha popularidade em outros países apesar dos resultados insatisfatórios.

Ball (2013) sinaliza que a privatização pode ocorrer a partir de processos endógenos e exógenos. A privatização endógena é quando princípios empresariais e práticas de mercado começam a penetrar no setor público, como as bonificações por atingimentos de metas, competição e ênfase nos resultados, uma proposição bastante repercutida em diversas redes de ensino que incorporam práticas da gestão empresarial privada. Já a privatização exógena se caracteriza pela transferência direta ou indireta de recursos públicos, havendo a substituição das organizações estatais por fornecedores privados (NAZARETH, 2019), esse tipo de privatização vem sendo muito defendida nas propostas dos *vouchers* e nos modelos das escolas *charter* que induzem a celebração de convênios, parcerias públicos-privadas e gestão compartilhada.

As escolas *charter* surgem como uma forma mais "sutil" de privatização educacional do que a política *vouchers*: em vez de o Governo disponibilizar verba pública para que – em teoria – estudantes possam acessar a rede privada, nas *charter* existe a transferência de gestão educacional do setor público para o setor privado que pode ter fins lucrativos ou não.

Alguns formuladores de políticas *charter* tentam apregoar que não se trata de privatização, pois não há venda de escolas[6]. Entretanto, a presente pesquisa entende que o fenômeno da privatização vai além da venda de patrimônio público englobando diversas estratégias identificadas por autoras como Adrião (2018) que infere que as propostas das *charter schools* acontecem com a celebração de convênios e parcerias públicos-privadas que transferem parte da responsabilidade do Estado para entes privados, enquanto os *vouchers* são formas mais diretas de privatização da oferta escolar.

Nesse sentido, as *charter* e os *vouchers* se enquadram como políticas de privatização, uma vez que esses modelos incentivam entes privados a pleitearem recursos e espaço no setor público para a oferta e gestão da educação obrigatória.

O discurso da Qualidade da Educação nos textos jornalísticos

De acordo com Puliti (2009), o jornalismo integra a transparência das informações relativas ao patrimônio, a administração, a vigilância e a denúncia do poder público, em que os jornalistas assumem um posto de porta-voz no noticiário.

Em vista disso, o noticiário e a imprensa passam a ser palco de conflitos políticos, em que diferentes grupos de interesse, como partidos, governos, sindicatos, indústrias, movimentos sociais, organizações e outras instâncias da sociedade civil (PULITI, 2009) procuram sobrepor as suas ideias em detrimento de outras. De acordo com os autores:

> Estar no noticiário não é um processo que se pode chamar de natural, mas um caminho estrategicamente construído. É a profissionalização da relação como os jornalistas que garante espaço aos diversos agentes e, nesses termos, pode-se dizer que o acesso

[6]É o caso dos formuladores do programa de Contratos de Gestão na Educação Básica de Goiás. Conforme identificado em Nazareth (2022).

> ao campo jornalístico é uma conquista (ALDÉ, 2004 *apud* PULITI, 2009, p. 61).

A partir da intencionalidade dos discursos presentes nos jornais, percebeu-se que há uma predisposição às propostas dos modelos das *charter schools* e *vouchers* educacionais nos veículos de jornais analisados. A defesa desses discursos, representados majoritariamente por profissionais da área da economia e administração, têm se respaldado principalmente na premissa de que as escolas privadas são superiores às escolas públicas. Os defensores da privatização na Educação, seja por meio das *charter* schools ou dos *vouchers* educacionais, argumentam que a rede privada desempenha um papel intrinsecamente mais eficiente. O trecho que segue exemplifica essa ideia, trata-se de uma coluna no jornal Gazeta do Povo que repercutia as propostas para educação publicadas em livro por Renato Feder, Secretário de Educação do Paraná que na época era cogitado para assumir o Ministério da Educação no governo Bolsonaro[7].

> As razões para privatizarem-se escolas e universidades são basicamente as mesmas já expostas: a iniciativa privada é intrinsecamente mais eficiente na gestão de qualquer coisa. Assim como é melhor que uma empresa privada frite hambúrgueres do que o governo, o mesmo ocorre no caso de uma escola (FREY, 2019, s/p).

A ideia de superioridade da gestão privada em relação à pública é bastante recorrente nos textos analisados, como pode ser observado também no trecho a seguir:

> Idealmente, os dois modelos poderiam até concorrer entre si em uma mesma localidade. Há estudos preliminares que avaliam a eficácia desses sistemas quando comparados à educação pública tradicional. A aproximação com a iniciativa privada permitiria também o compartilhamento de expertise em gestão, um dos grandes gargalos da educação pública brasileira (GAZETA DO POVO, 19/06/2018, s/p)

7 Em 2023, Renato Feder assumiu a Secretaria de Educação do estado do São Paulo.

Observa-se que a questão acerca da qualidade da educação é apresentada como uma realidade amparada na crença de que qualquer atividade de natureza privada se sobrepõe à uma atividade de natureza pública, sem que para isso se estabeleça um debate ou defesa amparados em dados concretos e confiáveis. A qualidade é, simplesmente, afirmada como algo intrínseco aos entes privados.

Fernandes e Nazareth (2011) explicam que os jornais geralmente apresentam uma visão limitada e simplista sobre a qualidade na educação, ignorando que esse conceito é construído historicamente e tem uma natureza complexa. Ao não considerar esses aspectos, a cobertura jornalística sobre o assunto geralmente se apresente como ahistórica e unívoca.

Diante disso, ao analisar as argumentações destacadas acima, observa-se que há propagação de ideais relativas à adesão de iniciativas privatistas como única opção favorável à administração pública. Esse pensamento recorrente nos textos de jornais se relaciona com as proposições do modelo de Gestão Gerencial e princípios neoliberais, como retratados na seção anterior, que surge com a prerrogativa de resolver os problemas apontados na administração burocrática, como os mecanismos de controle e impessoalidade, que por se tratar de um processo mais rigoroso é alvo de críticas dos defensores de modelos de privatização que argumentam que algumas dessas tarefas poderiam ser realizados por entes privados de forma mais eficiente.

Como exemplos, pode-se citar a admissão de pessoal, compras de materiais de consumo ou permanentes, manutenção predial, etc. O texto seguinte, publicado pela Gazeta do Povo em 11/11/2019, ilustra bem este discurso:

> A rotina de uma escola depende de uma quantidade infinita de decisões rotineiras, desde a compra de material de esportes e de arte até o conserto de computadores e reformas na sala de aula, afirma Fernando Schuler, cientista político, professor do Insper e pesquisador das escolas *charter*. Se o Estado se especializa nas funções de maior responsabilidade, na visão macro, na orientação de linha pedagógica, ele não precisa cuidar desse tipo de microgestão, que o setor privado costuma fazer de forma mais ágil e eficiente. Funciona assim no mundo inteiro, é uma tendência internacional de gestão pública (CORDEIRO, 2019, s/p).

Outro argumento que remonta essa ideia, está presente na mesma matéria da Gazeta do Povo, que além de sugerir a desburocratização estatal por parte dos procedimentos quanto a disponibilização de recursos públicos, propõe a contratação mais "flexível" dos professores e "novas" condições de trabalhos alinhadas ao controle e monitoramento do trabalho docente a partir das metas e resultados estipulados por Organizações Sociais (OSs):

> Como OS (Organizações Sociais) tendem a ser mais ágeis e menos burocráticas, por exemplo, para os processos de compra de material. No trato com seus funcionários, costumam exigir mais do desempenho, já que podem demitir, e também, por outro lado, pagar bonificações para os melhores profissionais. Precisam cumprir metas específicas, pelo direito de governo, ou perdem de administrar o local (CORDEIRO, 2019, s/p)

Outro aspecto importante possível de ser observado é que a defesa dessas políticas de privatização se ampara em experiências internacionais para justificar uma suposta necessidade de implementação no cenário brasileiro. O que é exemplificado no trecho a seguir:

> O ponto é: nossa educação estatal tem produzido péssimos resultados e precisamos buscar alternativas. Precisamos de um sistema plural. Temos que fazer isto à luz do que a experiência internacional tem para nos ensinar. E temos que agir rápido (ESTADÃO, 01/10/2017, s/p).

Nesse cenário, as escolas *charter* têm sido defendidas como inovadoras com potencial para revolucionar o sistema educacional através de convênios e contratações, em que as escolas estariam submetidas a um alto padrão de monitoramento e cobrança mediante ao cumprimento de metas e ranqueamentos, conforme o jornal do Estadão:

> A análise das boas práticas nos permite aprender com a experiência acumulada por outros sistemas educacionais, requalificando-as para o nosso contexto. É importante reforçar que toda reforma educacional é um investimento de longo prazo que exi-

> ge avaliações de resultados e de impacto. Os dados possibilitam monitoramento e sistematização dos processos que incidem diretamente sobre a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes (PATRÍCIO, 2009, s/p).

Já no caso dos *vouchers* educacionais, os defensores alegam que diante do modelo os filhos dos pobres teriam oportunidades de entrar em escolas de ricos, sob pretexto da qualidade ser superior às escolas públicas, conforme vemos no texto jornalístico da Gazeta do Povo.

> O Estado assume, então, a responsabilidade de ajudar as pessoas que não tem condições de acessar a rede privada, ou seja, uma alternativa que oferecia a qualidade da mesma escola para o pobre e o rico ao mesmo tempo, explica o autor, que é mestre em economia e especialista em políticas públicas. (BILCHES, 2020, s/p).

Assim, princípios de mercado são defendidos nesses modelos de privatização, em que a concorrência, a performatividade (BALL, 2013) e as avaliações externas passam a ser sinônimos de qualidade no centro do debate nos jornais. Tudo isso confirma a prevalência da perspectiva econômica na abordagem midiática da educação de qualidade. Ou seja, a predominância do viés que compreende a educação escolar apenas como mais um elemento do aparato produtivo de um país, e que considera que a principal função da escola é formar os profissionais que são demandados pelo mercado de trabalho.

O discurso da qualidade da educação presente nos jornais sustenta-se a partir dos ideais dos reformadores empresariais da educação que, de acordo com Freitas (2012) "configuram-se em uma coalizão composta por políticos, veículos de mídia, pesquisadores, empresários e organizações sem fins lucrativos financiadas pela iniciativa privada" (p. 1.109). A educação pública no Brasil tem sido cada vez mais influenciada pelos valores e práticas provenientes do mercado empresarial. Essa tendência se manifesta através da introdução de conceitos típicos do setor privado, que se tornam cada vez mais presentes nas discussões sobre políticas educacionais. Alguns dos fatores que contribuem para essa mudança incluem a importação de políticas estrangeiras, bem como a atuação de fundações privadas e movimentos financiados por empresários, que exercem influência significativa na agenda educacional do país.

Observa-se então que os apoiadores das propostas de privatização, sejam por meio das *charter* ou dos *vouchers*, contribuem para um entendimento limitado sobre o que seria efetivamente a "qualidade da educação", atribuindo qualidade quase que exclusivamente ao desempenho dos estudantes em avaliações externas. Na lógica dos reformadores, a competição entre escolas é benéfica para o sistema educacional. Para eles, as escolas que não se adequam às metas estabelecidas deixariam de existir; e os professores deveriam ser responsabilizados, inclusive com demissão caso não apresentem bons resultados.

> Os relatórios do Pisa revelam que a maioria dos diretores de escolas dos países-membros da OCDE reconhecem viver num mundo em competição – mais de 70% deles afirmam que seus alunos podem mudar de escola se esta não oferecer um ensino de qualidade. Isso ajuda a explicar, em grande parte, por que as diferenças no desempenho médio das escolas nos países desenvolvidos não são muito menores do que o desempenho dos alunos dentro delas. Ou seja, as escolas procuram oferecer um elevado padrão de ensino e cuidar para que os alunos situados no extremo inferior não se distanciam tanto da média. O que as move é a competição – e para o diretor, o risco da demissão (OLIVEIRA, 2020, s/p).

Outra notícia que se enquadra na mesma lógica está presente no veículo da Gazeta do Povo:

> Essa série de incentivos se assemelha muito à seleção natural do livre mercado, onde as boas instituições de ensino expandem suas operações, criam unidades e levam sua qualidade a um número cada vez maior de alunos. Isso também pode ser implementado simultaneamente a outras medidas voltadas para escolas públicas. Permitir às famílias a possibilidade de escolher entre a escola pública, a *charter* ou o *voucher* é tornar a escolha e a participação do cidadão cada vez mais democrática (MANNES, 2020, s/p).

Nesse contexto, observa-se que nos textos jornalísticos analisados a escolha parental é fortemente influenciada pelo pressuposto questionável de que a qua-

lidade do serviço privado é superior ao público apenas por estar submetido a regras de mercado como a "seleção natural" proveniente da competição.

Deparamo-nos, então, com a dificuldade de mensurar o que é uma educação de qualidade. Pois, a competição entre as escolas não tem sido capaz de elevar a qualidade dos sistemas de educação.

Outro aspecto sensível diz respeito a discussão sobre a função social da escola em sociedades democráticas. A democracia é entendida pelos apoiadores desses modelos de privatização a partir da ideia de livre mercado. Entendendo o sistema educacional como mais um mercado que deve se pautar pelo sistema de competição onde há perdedores e vencedores, para eles, o debate da perspectiva democrática não gira em torno de políticas que promovam a qualidade por meio de melhores condições de oferta, formação de professores, salários adequados, atendimento às demandas das famílias, etc.

A adoção da perspectiva de qualidade estritamente relacionada a índices de proficiência é uma expressão daquilo que Biesta (2012) chamou de "era da mensuração", em que a educação é frequentemente avaliada e medida por meio de indicadores quantitativos. Em oposição a uma concepção de ensino mercadológica, Biesta (2012) corrobora com a crítica ao foco das discussões sobre educação "quase exclusivamente na mensuração e na comparação de resultados educacionais", sem abarcar a questão da sua finalidade. Segundo ele, é uma questão complexa e exige "uma distinção entre as três funções da educação: qualificação, socialização e subjetivação". Sobre os estudos que resultam em sistemas classificatórios, como os rankings educacionais, ele afirma:

> Eles têm uma lógica complicada, combinando elementos de responsabilização (accountability) e de escolha com um argumento de justiça social que diz que todos devem ter acesso à educação de mesma qualidade. Ao mesmo tempo, os dados usados para elaborar tais rankings são empregados para identificar as ditas "escolas mal sucedidas" e, em alguns casos, os "professores mal sucedidos" nas escolas. (BIESTA, 2012, p. 810)

Sobre a cultura da mensuração, o autor alerta para o impacto profundo que vem exercendo sobre as práticas educacionais. O excesso de objetivação a partir da leitura dos dados de desempenho para validar a qualidade da educação tende a gerar leituras equivocadas das realidades escolares. Biesta (2012) defende que

"sempre precisaremos complementar as informações factuais com ideias sobre o que é desejável (...) precisamos avaliar os dados e, para isso, como se sabe há muito tempo no campo da avaliação educacional, precisamos nos comprometer com valores" (BIESTA, 2012, p. 5).

Além do uso acrítico de informações factuais, Biesta (2012) aponta para a questão da validade das mensurações e reflete sobre o que, de fato, estamos mensurando. O que implica a questão do julgamento de valores citado anteriormente. O risco é de acabarmos valorizando o que podemos medir facilmente, ao invés de mensurar o que valorizamos. A questão não deveria ser a defesa de uma educação eficaz, mas eficaz em quê exatamente.

> (...) se não formos explícitos sobre nossas visões acerca dos objetivos e fins da educação – se não atacarmos as perguntas quanto ao que constitui uma boa educação – corremos o risco de as estatísticas e os rankings tomarem essas decisões por nós. Precisamos, portanto, manter a questão da finalidade – a questão do que constitui uma boa educação – em posição central em nossas discussões educacionais e empreendimentos mais amplos. (BIESTA, 2012, p. 823)

À vista disso, Freitas (2011) traz ponderações relevantes sobre as informações que influenciam a opinião sobre o campo da educação.

> A educação é sempre um campo em disputa. Tem uma ligação tão grande com as questões relativas à formação de mão de obra em nossa sociedade que economistas, muitas vezes escalados pelos interesses dos empresários, predominam na hora de definir os caminhos da educação. Educadores profissionais pouco são ouvidos na elaboração das políticas públicas educacionais e a mídia, em particular, abre espaço para os homens de negócio e seus representantes e muito menos para educadores (FREITAS, 2011, p. 6).

Os textos jornalísticos analisados demonstraram exatamente isso, poucos educadores sendo chamados a opinar. A defesa desses modelos nos jornais tem se baseado predominantemente em pressupostos de cunho ideológico propaga-

dos por fontes, jornalistas ou colunistas ligados mais ao pensamento econômico do que ao pensamento educacional.

Nessa mesma perspectiva ideológica, uma matéria do jornal O Globo ressalta a fala do presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP), Ademar Batista Pereira, que afirma permitir o repasse de recursos do FUNDEB para entes privados "resolveria a qualidade da educação brasileira, pois o ensino privado aqui tem resultados de primeiro mundo no PISA" (GÓIS, 2020, s/p)[8].

Esse mesmo discurso está presente em outra matéria da Gazeta do Povo, em que além de apresentar dados inconclusivos e descontextualizados a respeito das *charter schools*, reduz a discussão apenas aos resultados de proficiência em leitura e matemática.

> Realidade há mais de duas décadas nos Estados Unidos, o modelo das '*charter* schools' vem mostrando resultados positivos. Pesquisa realizada pela Universidade de Stanford constatou que alunos negros e de origem hispânica das escolas com gestão compartilhada mostram melhor desempenho em matemática e em leitura do que alunos com as mesmas características de escolas com gestão pública (BASSO, 2017, s/p)

Ao contrário do que afirmam muitos dos textos jornalísticos analisados, não é verdade que as *charter* vêm demonstrando resultados positivos de forma conclusiva. A confusão, proposital ou não, se dá pela grande diversidade de formatos que as escolas *charter* podem adotar. Estudos mais focalizados em escolas consideradas de "sucesso" costumam apresentar resultados favoráveis, porém, quando são analisadas as *charter* de forma mais sistêmica, os resultados em termos de proficiência são nulos ou negativos, como poderá ser visto na próxima seção.

[8]É importante observar que apesar da reprodução da fala do presidente da FENEP, o artigo de Góis (2020) publicado no O Globo apresenta uma visão crítica ao financiamento de entes privados por meio do FUNDEB.

Mudando a pergunta: a gestão privada é capaz de resolver os problemas das escolas públicas?

O estudo de Carnoy e Simielli (2022) demonstra que não há evidências claras de que as *charter* sejam mais eficazes do que as escolas públicas tradicionais. Em muitos casos, elas apresentaram desempenho pior em regiões com alunos de diferentes origens socioeconômicas. Os autores também alertam para o fato de que as escolas *charter* podem ter efeitos negativos no financiamento e na qualidade das escolas públicas tradicionais, já que a competição por recursos pode levar a um enfraquecimento da rede pública de ensino.

Voltando aos jornais analisados, destaca-se que quando são citados estudos que avaliam a eficácia dos modelos privatizantes não é apresentada a metodologia, os indicadores considerados, proporção de alunos avaliados, contexto local, renda familiar, etc. Ou seja, a suposta superioridade das escolas privadas é apresentada como verdade absoluta e não a partir de dados analisados e contextualizados.

Apesar de menos frequentes no *corpus* de análise da pesquisa, também foram encontradas posições dissonantes:

> Por fim, sobra o argumento do Pisa. O truque consiste em tratar o setor privado como média, ignorando que há enorme variação interna, e desconsiderando o perfil de aluno atendido. É bom lembrar que esse artifício de extrapolar o resultado de um nicho sem levar em conta as características dos estudantes atendidos não é usado apenas pelos defensores particulares [...] A má notícia do Pisa é que, quando os alunos de elite daqui são comparados aos de mesmo nível socioeconômico de outros países, nossos resultados não se alteram, ou seja, continuamos entre os últimos. Temos algumas ilhas de excelência em escolas privadas e federais. Mas são apenas isso: ilhas (GÓIS, 2020, s/p).

Essa matéria do jornal O Globo vai na contramão do discurso predominante nos jornais analisados e ilumina um problema frequente encontrado nesse

debate: a comparação dos resultados de escolas públicas e privadas a partir da média de notas em sistemas de avaliação como o PISA[9].

Comparar índices de desempenho de escolas públicas e privadas é inadequado para chegar às conclusões que foram frequentemente encontradas nos jornais. No Brasil não há dados que comprovem que organizações sociais têm maior competência para gerir escolas públicas, e nos EUA, onde *charter* e *vouchers* foram amplamente implantados, abundam relatórios que demonstram que na média essas escolas não conseguem apresentar resultados superiores.

É apontada uma série de problemas, incluindo a falta de prestação de contas e transparência, desigualdades no acesso à educação e altas taxas de evasão escolar. Soma-se a isso o fato das *charter* muitas vezes segregarem estudantes com necessidades especiais ou com dificuldades de aprendizado. Estudos também demostram que essas escolas têm taxas mais elevadas de punições disciplinares arbitrárias para os estudantes. O que pode estar escondendo formas de excluir e selecionar estudantes. O mesmo pode-se dizer dos *vouchers* que, além de não comprovarem resultados acadêmicos superiores, também contribuem para a segregação escolar e a exclusão de estudantes com necessidades especiais ou em situação de vulnerabilidade[10].

Assim, entende-se que esse debate tem sido orientado por uma pergunta equivocada. A questão não é se a escola privada é melhor do que a escola pública. Para avançar no sentido de uma compreensão mais adequada sobre a qualidade da educação, a questão que deveria ser posta é a seguinte: a gestão privada é capaz de resolver os problemas das escolas públicas sem gerar mais desigualdades? A princípio, nada indica que sim.

Ou seja não se trata de qual escola é melhor, a pública ou privada. Deve-se focalizar em garantir o direito da oferta e permanência escolar, conforme apregoa o art. 205 da Constituição Federal de 1988 (CF88) e o art. 2 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96), assim como, assegurar a gestão democrática e a valorização do magistério conforme está previsto no inciso V do art. 206 da CF88; o inciso VIII do art. 3 da LDB/96 e na meta 17, 18, 19 do Plano Nacional de Educação.

[9]O PISA é a sigla em inglês para "Programme for International Student Assessment", que em português significa "Programa Internacional de Avaliação de Estudantes". O PISA é uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

10 Além do já citado estudo de Carnoy e Simielli (2022), pode-se apontar outros estudos como: Lubienski e Lubienski (2013); Betts, Tang e Karp (2018); Berends, Spence e Berends (2016); Holme, Finnigan e Stickler (2019); Wolf, Witte e Kisida (2019); e West e Peterson (2019).

O debate perpetuado na mídia escrita não contribui para essa percepção, muito pelo contrário, a defesa das ideias privatizantes desviam o debate a respeito da função social e o desenvolvimento pleno dos sujeitos. Reduz a função das escolas públicas a égide do mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme defendido na seção anterior, é preciso mudar a pergunta simplista que frequentemente encontramos nesses jornais e no debate educacional de maneira geral. Não se trata de responder se as escolas privadas são melhores do que as públicas com base em índices de desempenho. O debate deve girar em torno da proposição de políticas que atendam aos problemas identificados também por quem está nas escolas.

Os poucos profissionais da educação que apareceram nos jornais demonstraram-se relutantes às políticas de privatização. Além disso, os sindicatos dos professores se opõem a essa ideia ressaltando a fragilização dos contratos trabalhistas.

Também cabe destacar que os textos jornalísticos que mais abordam essa temática são de caráter opinativo e/ou informativo com viés opinativo/argumentativo. Desse modo, ressalta-se que a fragilidade dos discursos presentes nos jornais está, principalmente, na sua incapacidade de demonstrar que a gestão privada tem maior competência para resolver os dilemas e desafios das escolas públicas.

De acordo com Puliti (2009), a imprensa ao destacar um assunto em detrimento do outro agenda a opinião pública. Assim, percebe-se como os textos jornalísticos introduzem ideias relacionadas às reformas gerenciais no sistema educativo. Por isso, as propostas para o ensino que encontramos nos jornais voltavam-se para o desempenho e para a performatividade (BALL 2013).

Nos jornais enfatiza-se a crise da educação pública brasileira, mas não são mencionados, ou debatidos, os fatores responsáveis por tal cenário. Diante disso, mostra-se fundamental analisar quem fala e não só o que se fala sobre educação pública. E isto inclui a rede de pessoas, instituições, organizações, bem como os canais de produção e disseminação de informações que são utilizados, e de que forma o são, para comunicar e propor os modelos de privatização da educação pública.

Constatou-se que as pessoas que mais se pronunciaram sobre o tema eram ligadas às áreas de Economia e Administração, sendo favoráveis às iniciativas privatizantes. Os poucos educadores que aparecem nos textos são contrários a tais políticas. Nesse sentido, foi analisado que a perspectiva pedagógica é invisibilizada pela perspectiva econômica na abordagem do tema.

No que tange a qualidade da educação, o debate acerca dela tem se mostrado repleto de dualidades, contrariedades e inverdades. Por isso, existe o consenso de que é urgente melhorar a qualidade da educação pública e a crença de que o serviço público de ensino não só é inferior ao serviço privado, como também ruim e ineficiente. Tal crença se propaga por toda a estrutura social e, muitas vezes, é aceita como legítima, embora fundamentada em informações de caráter opinativo/argumentativo e sem pesquisas empíricas que lhe validem. Em oposição a uma concepção de ensino mercadológico, este artigo pretendeu fomentar a qualidade da educação visando tanto uma compreensão social e subjetiva, quanto a qualificação dos estudantes (BIESTA, 2012). O conceito de qualidade negociada também se mostra como mais adequado. Onde os processos de avaliação institucional são protagonistas. Para Freitas (2005), cada escola deve ser um centro de reflexão sobre si mesma e seu futuro, e esse processo deve ser conduzido pela própria comunidade escolar de maneira participativa.

Em outras palavras, é preciso substituir a falsa correlação direta entre qualidade e índices de desempenho, por processos de avaliação que levem em conta os aspectos locais e as necessidades dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, a importância desse trabalho consistiu em desvelar essas propostas de privatização confrontando-as com os pressupostos apresentados pela mídia. Sobretudo, destacando que a educação pública brasileira se institui mediante princípios democráticos e constitucionais, os quais são violados na implementação das propostas analisadas. Tais políticas educacionais inseridas na lógica mercadológica descaracterizam o processo educacional em sua finalidade original de formação humana plena e voltada para a cidadania, configurando-o como serviço de formação de mão-de-obra qualificada somente. Priorizam as demandas do mercado estabelecendo princípios norteadores para as atividades educativas pautados em desempenho, resultados, competitividade e meritocracia que instauram a responsabilização dos trabalhadores em educação pela crise no setor. O discurso predominante de defesa das propostas de privatização aqui analisadas, não consideram a educação como processo, nem a contextualização das diferentes realidades, apenas seus resultados. Assim, desvinculando de uma

análise mais profunda acerca dos fatores que interferem de fato na qualidade da educação, promovem uma concepção deturpada e acrítica da realidade educacional brasileira.

RECEBIDO em 12/03/2023
APROVADO em 25/05/2023

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf. Acesso em: 20 fevagenda-da-educacao,70003172788. Acesso em: 15 set 2022.

APPLE, M. **Para além da lógica do mercado: Compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2005.

BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, pp.10-32, Jul/Dez 2006.

BALL, S. J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Trad. Janete Bridon. 23. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, S. J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, M, W.; BALL, S. J.; GANDIN, Luís Armando (Orgs.) **Sociologia da Educação: análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BALL, S. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, p. 539-564, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2010.

BASSO, M. Terceirização de escolas públicas: novidade no Brasil, comum lá fora. **Gazeta do Povo**, 25 de agost. de 2017, s/p. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/terceirizacao-de-escolas-publicas-novidade-no-brasil-comum-la-fora-3x54omwyg7xzekfvyi6rap16z/ Acesso em: 14 out 2022.

BERENDS, M.; SPENCE, R.J.; BERENDS, A.P. Are Charter Schools Providing More Equal Access to Quality Education? **Educational Evaluation and Policy Analysis**, v. 38, n. 1, p. 77-97, 2016.

BETTS, J.R.; TANG, Y.E.; KARP, J.R. Charter Schools in Eight States: Effects on Achievement, Attainment, Integration, and Competition. **Journal of Policy Analysis and Management**, v. 37, n. 2, p. 332-355, 2018.

BIESTA, G. Boa educação na era da mensuração. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2012, v. 42, n. 147, pp. 808-825. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000300009>. Epub 13 Mar 2013. ISSN 1980-5314. https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000300009. Acesso em 15 out 2022.

BILCHES, W. *Vouchers* na educação: pobres e ricos na mesma escola. Funcionaria no Brasil? **Gazeta do Povo** [digital], 01 de jan. de 2020, s/p. Disponível em :https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/*vouchers*-na-educacao-pobres-ricos-mesma-escola/. Acesso em: 03 out 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Gestão do Setor Público: estratégia e estrutura para um novo Estado. *In:* BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988. p. 21-38.

BUDDE, R. **Education by Charter: Restructuring School Districts. Key to Long-Term Continuing Improvement in American Education**. Massachusetts: The Regional Laboratory for Educational Improvement of the Northeast & Islands, 1988.

CARNOY, M; SIMIELLI, L. Escolas *charter* e *Vouchers*: o que dizem as evidências sobre subsídios para entidades privadas em educação? **Dados para um debate democrático na educação.** 2022. Acesso em 20 set. 2022. Disponível em: https://d3e.com.br/wp-content/uploads/sintese_2203_*charter_vouchers*_impressao.pdf

CORDEIRO, T. O que são as escolas *charter* e por que você gostaria de ter uma perto de você. **Gazeta do Povo** [digital], 11 de nov. de 2019. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/o-que-sao-as-escolas-*charter*-e-por-que-voce-gostaria-de-ter-uma-perto-de-voce/. Acesso em: 12 out 2022.

ENGUITA, M. F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, P. A. A. SILVA, T.T. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. p. 93-110.

ESTADO DA ARTE. Fernando Schüler: 'Precisamos aprender a diferença entre o público e o estatal.' **Estadão** [digital], 01 de out. de 2017, s/p. Disponível em: https://estadodaarte.estadao.com.br/fernando-schuler-educacao/. Acesso em: 15 out 2022.

FERNANDES, C. O.; NAZARETH, H. D. G. A Retórica por uma Educação de Qualidade e a Avaliação de Larga Escala. **Impulso**, Piracicaba. 21(51), jan.-jun. 2011. p. 63-71.

FORMAR cidadãos éticos para um mundo em transformação. **Gazeta do Povo** [digital], 19 de jun. 2018, Modernização e Flexibilidade, s/p. Disponível em: https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/desejos/brasil/formar-cidadaos-eticos-para-um-mundo-em-transformacao/. Acesso em: 12 out 2022.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: a consolidação do neotecnicismo no Brasil. In: Fontoura, H. A. **Políticas públicas, movimentos sociais: desafios à pós-graduação em educação em suas múltiplas dimensões**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2011. p. 72-90 (E-book).

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012

FREITAS, L. C. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 911-933, 2005.

FREY, J. Em livro, secretário do Ratinho defende *voucher* como solução para a educação. **Gazeta do Povo** [digital], 11 de jan. de 2019, s/p. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/joao-frey/em-livro-secretario-de-ratinho-defende-*voucher*-como-solucao-para-a-educacao/. Acesso em: 27 de jul. de 2022.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 456 p.

GOIS, A. Equívocos e generalizações no debate do FUNDEB. **O Globo** [digital], 21 de dez. de 2020, s/p. Acesso em: 01 dez 2021. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/antonio-gois/post/equivocos-e-generalizacoes-no-debate-do-fundeb.html

HARVEY, D. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Edições Loyola. 2008.

HOLME, J. J., FINNIGAN, K. S., & Stickler, C. E. (2019). Does School Choice Work? Effects on Student Integration and Achievement. **American Educational Research Journal**, 56(2), 494-528.

LUBIENSKI, C. & LUBIENSKI, S. The Public School Advantage: Why Public Schools Outperform Private Schools. **University of Chicago Press**, 2013.

MANNES, Y. O setor privado merece uma chance na educação pública. **Gazeta do Povo** [digital], 17 de nov. de 2020, s/p. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/o-setor-privado-merece-uma-chance-na-educacao-publica/. Acesso em: 12 out 2022.

MOREIRA, A. F. B.; KRAMER, S. **Contemporaneidade, educação e tecnologia**. Educação & Sociedade, v. 28, p. 1037-1057, 2007. Acesso em 20 set. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/KS6FVdMKj4D9hzbGG9dfcps/abstract/?lang=pt.

NAZARETH, H. D. G. **Escolas *Charter* e Contratos de Gestão na Educação: um estudo do programa de contratos de gestão com organizações sociais na rede goiana de educação básica**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

NAZARETH, H. D. G. **Escolas *charter* no Brasil: soluções ou ameaças aos princípios do ensino?** 1. ed. Curitiba: Appris, 2022. 218 p.

NETTO, P. R. Cotado para a Cadeira de Weintraub, secretário do Paraná defendeu fim do MEC e Privatização da Educação em Livro. **Estadão** [digital], s/p, 22 de jun. de 2020, s/p. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/cotado-para-a-cadeira-de-weintraub-secretario-do-parana-defendeu-fim-do-mec-e-privatizacao-da-educacao-em-livro/. Acesso em: 12 out 2022.

OLIVEIRA, J. B. A. *Vouchers* e *Charter* Schools na agenda da educação. **Estadão** [formato digital], 26 de jan. de 2020. Disponível em: https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/vouchers-e-charter-schools-na-agenda-da-educacao/

PATRÍCIO, A. B. Gestão e qualidade na Educação. **Estadão** [digital], 30 de abril de 2009, s/p. Disponível em: https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,gestao-e-qualidade-na-educacao,373440 Acesso em: 03 out 2022.

PERONI, V. M. V., Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação, **Políticas Educativas – PolEd**, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/121220. Acesso em: 08 fev 2023.

PULITI, P. **A financeirização do noticiário econômico no Brasil (1989-2002)**. 2009. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.27.2009.tde-26112009-153158. Acesso em: 17 dez 2021.

WEST, M.R. & PETERSON, P.E. (2019). Voucher Programs and Student Achievement: Recent Evidence, Remaining Questions. **Journal of School Choice**, 13(1), 1-20.

WOLF, P. J., WITTE, J. F., & Kisida, B. (2019). Private School Choice and Character: More Evidence from Milwaukee. **Journal of School Choice**, 13(2), 157-181.